

Myanmar e o papel dos actores externos

Miguel Santos Neves . IEEI

Para além do acesso directo a recursos energéticos, de que a China é crescentemente deficitária, Myanmar tem um valor estratégico acrescido para Pequim, na medida em que reduz o risco da excessiva dependência relativamente ao transporte de energia através dos estreitos de Malaca, onde a navegação dos navios de transporte chineses pode ser interrompida a qualquer momento por piratas – este é o principal centro de operações de pirataria marítima a nível mundial – ou pela marinha norte-americana, em caso de agravamento das tensões entre Pequim e Washington. O transporte por oleoduto e gasoduto de petróleo e gás natural proveniente do Médio Oriente para o Sul da China através de Myanmar reduz a vulnerabilidade chinesa e aumenta a segurança energética através da criação de uma via alternativa, cuja segurança a China pode controlar mais facilmente. Neste contexto, do ponto de vista chinês, a manutenção do regime é vista como uma condição necessária para garantir o cumprimento dos acordos energéticos assinados e a supremacia na concorrência com outros actores externos, designadamente a Índia. O dilema de Pequim é que, pretendendo preservar os seus interesses estratégicos, não quer ser vista como o principal apoiante de um regime condenado internacionalmente, cuja queda afectaria necessariamente o seu prestígio, nem que o agravamento da instabilidade interna, por incapacidade de governação da Junta Militar, tenha reflexos negativos nas suas fronteiras.

Nesta lógica, a posição da China tem sido ambígua e neutral. Ao mesmo tempo que tem [inviabilizado no Conselho de Segurança](#) a aprovação de qualquer resolução de condenação de Myanmar ou de aprovação de [sanções](#), invocando que o problema tem uma [natureza exclusivamente interna](#) e não cria riscos para a paz e segurança internacionais, nos bastidores tem exercido pressão directa sobre a Junta Militar, para a contenção no uso da força, e tem viabilizado as iniciativas diplomáticas internacionais. Com efeito, a intervenção de Pequim foi decisiva para viabilizar a visita do [enviado especial da ONU](#), Ibrahim Gambari, e a definição de um programa substantivo de visita minimamente aceitável.

As [posições dos EUA e da UE](#) têm sido, no essencial, convergentes. Centram-se numa condenação pública da repressão exercida pelo regime, no [agravamento do pacote das sanções económicas e políticas](#) que têm vindo a aplicar no plano bilateral e numa acção concertada ao nível multilateral, na tentativa de articulação de posições no Conselho de Segurança da ONU, entre os EUA, a França e o Reino Unido, para aprovação de uma resolução que aumente a pressão e a capacidade de intervenção da comunidade internacional. Estas iniciativas são claramente condicionadas pela posição da China, que tem vetado a adopção de uma linha dura.

Outro actor potencialmente influente é a ASEAN que, mais uma vez, numa situação de crise, demonstrou uma incapacidade de agir de forma coerente e consistente relativamente a um dos seus membros, confirmando o predomínio da doutrina da não-interferência/não-intervenção e do seu efeito paralisante. Quer a situação em Myanmar quer a ausência de reacção concertada afectaram negativamente a credibilidade da ASEAN. A reacção não foi além de um [comunicado conjunto](#), através da presidência de Singapura, em que foi expressa uma posição de condenação da repressão, exigindo a libertação de todos os presos políticos e a adopção de uma solução política baseada

numa transição pacífica para a democracia. A ASEAN não desenvolveu iniciativas diplomáticas nem adoptou medidas concretas, apesar de algumas vozes no seu seio considerarem abertamente que a admissão de Myanmar, em 1997, foi um grave erro político e defenderem a expulsão ou, no mínimo, a suspensão, de Myanmar da organização regional. É previsível que uma posição mais firme venha a ser tomada na próxima cimeira, a realizar em Novembro, em Singapura, na qual será aprovada a Carta da ASEAN – onde se definem como princípios fundamentais orientadores a democracia, o respeito pelos direitos humanos e a boa governação. A não adopção de uma posição firme relativamente a Myanmar representaria uma grave incoerência com o processo político de adopção da Carta e não deixaria de minar a sua credibilidade. Neste contexto, dependendo da evolução do processo negocial, não será de excluir que venha a ser ponderada a hipótese de suspensão de Myanmar.

Estamos, assim, perante duas estratégias de resposta distintas no seio da comunidade internacional. Por um lado, uma linha mais dura de agravamento da política de sanções e de maior intervenção da comunidade internacional, defendida pela UE e pelos EUA, encarada por muitos observadores como menos desejável nesta fase, já que não só teria pouca eficácia sobre um país relativamente fechado como contribuiria para um maior isolamento do regime, cenário porventura desejado pela Junta na medida em que poderia reforçar as possibilidades de sobrevivência. Por outro, a estratégia da China, na prática secundada pela ASEAN, Índia e Rússia, que coloca o acento tónico no processo interno e aposta na via diplomática e na retoma do diálogo entre a Junta e a oposição, sob mediação internacional, que permita dar um impulso efectivo no processo de transição pacífica para a democracia.

A visita de Gambari e os desenvolvimentos subsequentes significam que, por agora, a segunda via prevalece, tendo sido formalmente alcançada a abertura de um canal para o [reinício do diálogo entre o regime e a oposição](#), sob mediação da ONU (a Junta nomeou Aung Kyi, vice-ministro do Trabalho, para ser o elo de ligação com a líder da oposição, Aung San Suu Kyi). O progresso neste processo, a ser avaliado no decurso da [próxima visita de Gambari](#), depende fundamentalmente da pressão da China sobre a Junta, da possibilidade de envolver sectores reformistas das Forças Armadas, mas também da capacidade de envolver as diversas minorias étnicas existentes no país neste diálogo. O insucesso desta via abrirá caminho à estratégia mais radical.

A implosão do regime, sem uma transição preparada, seria um cenário de alto risco para Myanmar. A simples queda da Junta não significaria necessariamente uma porta aberta para a evolução rápida e pacífica do processo de transição democrática, sob a liderança do NLD, na medida em que subsistem dois problemas fundamentais que condicionam a evolução futura. Em primeiro lugar, as Forças Armadas – que acreditam ter uma legitimidade própria por serem o único garante da unidade do país, mas cuja coesão interna pode estar em risco devido ao seu envolvimento em actividades económicas e empresariais – continuarão a ser um actor dominante e a ter um papel central, não sendo viável qualquer solução sem a sua participação activa, ao mesmo tempo que existe um risco claro de um novo golpe militar. Em segundo lugar, a questão das diversas minorias étnicas, com capacidade militar própria, que reivindicam um estado federal e cuja perspectiva tem vários pontos de tensão com a visão do NLD sobre a estrutura do Estado e o modelo de Governação mais desejável para o país. Os riscos de guerra civil, que potencialmente poderia desencadear o envolvimento da China e da Índia, com consequências imprevisíveis para a região, requer uma acção prudente por parte da

comunidade internacional no aproveitamento desta janela de oportunidade, para garantir que um processo de transição pacífico e sem impacto negativo na estabilidade regional prevaleça.

Miguel Santos Neves . IEEI